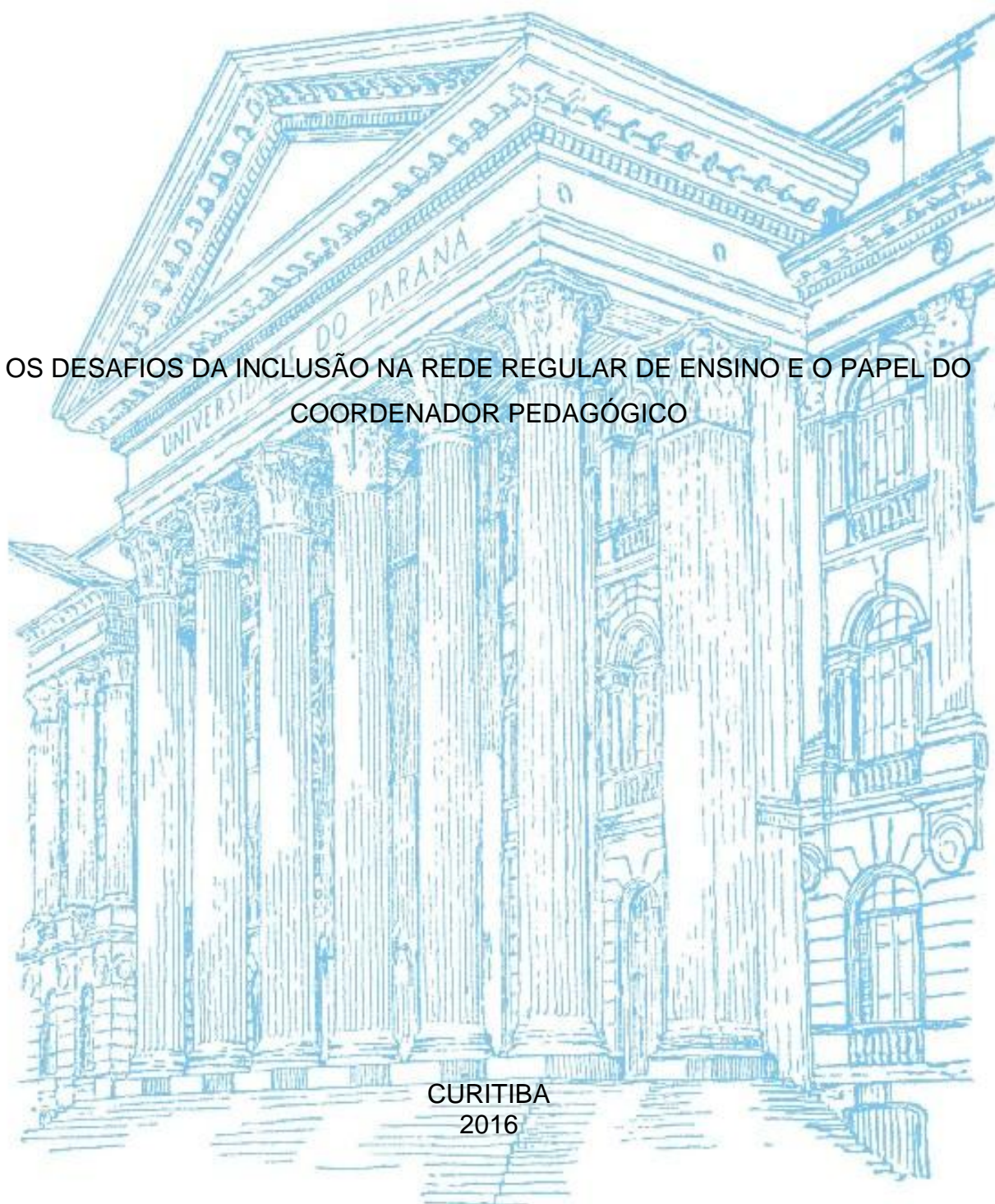


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

CLAUDIA MARA CHOINSK

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO NA REDE REGULAR DE ENSINO E O PAPEL DO
COORDENADOR PEDAGÓGICO



CURITIBA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

CLAUDIA MARA CHOINSKI

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO NA REDE REGULAR DE ENSINO E O PAPEL DO
COORDENADOR PEDAGÓGICO

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Prof. Ms. Mariana Fonseca Taques

CURITIBA
2016

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO NA REDE REGULAR DE ENSINO E O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

CHOINSKI, CLAUDIA MARA

RESUMO: Este artigo apresenta reflexões referentes à inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino, tal assunto tem como objetivo mostrar que através de discussões embasadas em leis, poderá, com o apoio da família e comunidade escolar, acontecer de forma gradativa. Analisando o papel do coordenador pedagógico, nesse processo de inclusão, numa interação família escola, com apoio de políticas educacionais que visam melhorias físicas e profissionais, que vem de encontro ao desenvolvimento do ensino aprendizagem sem prejuízo ao aluno.

Palavras-chave: Inclusão Escolar, Ensino Regular, Igualdade, coordenação pedagógica.

INTRODUÇÃO

A inclusão é uma questão muito delicada, presente nos debates e estudos realizados por profissionais da educação preocupados em como isso acontece nas salas de aula das escolas públicas e a postura que as Secretarias de educação tomam a esse respeito.

Esse artigo realizado através de pesquisas bibliográficas, visa analisar o papel do coordenador pedagógico diante dos desafios que permeiam a realidade dos professores em relação à inclusão. Tendo como objetivo o aprofundamento sobre o assunto, que condiz com a realidade escolar e que possa subsidiar o trabalho do professor em sala de aula.

O tema abrange o apoio e respaldo do coordenador pedagógico na elaboração e adaptação das atividades curriculares, assim como na busca de estratégias para suprir as necessidades do aluno com inclusão. O estudo abordará também as leis que garantem a permanência e o acesso desses alunos à escola, bem como questões como a adaptação do currículo que visem à qualidade de ensino e a permanência do aluno na escola, para que os mesmos possam se desenvolver num ambiente que possibilite sua mobilidade e uma aprendizagem igualitária e significativa. É importante salientar e assegurar que a acessibilidade é

considerada fundamental para que haja a inclusão propriamente dita, seja qual for à necessidade desses educandos, ele vai precisar do livre acesso às dependências da instituição, sendo necessário observar os aspectos fundamentais como: estrutura física e arquitetônica adequadas para receber os indivíduos portadores de necessidades educativas especiais. A pesquisa pretende analisar o processo que possibilite ao coordenador assessorar tanto o aluno quanto o professor, oferecendo recursos básicos quanto ao aprendizado.

O presente artigo está organizado em subtítulos, destacando: O Histórico da evolução da inclusão escolar; como foi essa evolução, que estratégias são utilizadas pela Secretaria de Educação e pelas equipes pedagógicas das escolas para as adaptações curriculares, o papel do coordenador frente a esse processo de inclusão e como se é dada a avaliação inclusiva.

Neste contexto, o estudo procura abordar os parâmetros da educação Inclusiva de maneira que ela possa acontecer gradativamente observando a realidade escolar, sem causar prejuízo à aprendizagem do educando.

1. EVOLUÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR

É fato que os efeitos negativos diante de pessoas portadoras de necessidades especiais estão presentes desde a história antiga, onde a discriminação era muito acentuada. Somente no século XX os portadores de necessidades especiais começam a ser vistos pela sociedade como cidadão com direitos e deveres. Em 1948 sob uma ótica assistencial surgiu a Declaração Universal Dos Direitos Humanos, sua concepção baseia-se nos princípios de que todo ser humano tem direito a educação. Em 1988, a educação inclusiva veio ser legalizada pela Constituição Federal (1998), garantindo em seu (art.3, inciso IV) a promoção do bem a todos, sem preconceito de origem raça, sexo, cor, idade, e qualquer outra forma de discriminação.

Isso garante uma educação com direito e igualdade para todos, e condições ao acesso e permanência nas escolas regulares de ensino, levando o sujeito exercer seu pleno exercício de cidadania e qualificação para o trabalho.

Em 1989 a Lei nº7.853/89 previa a integração social das pessoas portadoras com necessidades especiais, no qual julga ser crime recusar, suspender ou cancelar a matrícula de um estudante portador de deficiência. Em 1990, com o

surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8.069/90, art.55 determina que pais, ou responsáveis tem a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino, neste mesmo ano surgiu a Declaração Mundial de Educação para Todos, na qual documentos internacionais reformularam as políticas públicas da educação inclusiva na rede regular de ensino. Só Em 1994 a Declaração de Salamanca veio para impulsionar e orientar as políticas educacionais inclusivas, a mesma condiciona os alunos portadores de necessidades especiais a integrar-se nas salas regulares.

Neste mesmo enfoque a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional nº9394/96 em seu art.59 assegura aos alunos portadores de necessidades especiais, que o sistema de ensino deverá adaptar seu currículo para atender as necessidades dos alunos de inclusão. Por fim a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, se ajusta a Lei Federal, na qual prevê que a educação inclusiva deve ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994, p.4):

A Educação Inclusiva incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança.

Com base nesse documento, hoje já pode considerar que o portador de necessidades especiais é aceito nas instituições de ensino, com atendimento um pouco melhor, visto que as leis de inclusão permitem o acesso ao ensino igualitário com uso de currículos adaptados e acessibilidade às dependências da escola, assim exercer seus direitos de cidadão.

Ressalta que a Declaração de Salamanca estabelece que a escola inclusiva seja a que contempla várias necessidades educacionais especiais, inclusive crianças que têm dificuldades temporárias ou permanentes, crianças repetentes, aquelas que foram abusadas sexualmente, vítimas da exploração do trabalho infantil, crianças desnutridas, que moram em periferias, todas elas são consideradas crianças inclusas, são as ditas excluídas da sociedade, e merecem um olhar diferente da escola. Também precisa ser considerada a criança com altas habilidades, que, em muitas vezes é incompreendida pela escola, que por falta de informação e formação, coloca essa criança como aluno problema. A escola só é para todos quando volta o olhar para os excluídos, respeitando o ritmo e observando a capacidade intelectual, física e social de cada indivíduo inserido em seu contexto.

Segundo Stainback (1999), desde 1970 cresce o número de crianças portadoras de deficiência, porém com um aumento mínimo de encaminhamentos mais inclusivos desde a PL 94-142 (Ato da educação para todas as crianças portadoras de deficiência de 1975). O autor discorre que, no período entre 1977 a 1990, praticamente não houve mudanças significativas em relação à inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular, apenas 68% desses alunos, frequentavam classes de ensino regular, em salas de recursos. A maioria desses alunos viviam segregados dentro das escolas públicas, ou em outros ambientes excludentes, que educavam apenas 6,7% desses alunos.

Hoje os avanços no processo de inclusão educacional já abrangem praticamente todos os estabelecimentos de ensino, embora ainda haja resistência, a lei garante a inclusão de todas as crianças no ensino regular, independentes de suas condições físicas e psicológicas. Essas crianças têm o direito do ensino em sala regular, e se necessário atendimentos em contra turno para suprir suas necessidades de aprendizagem.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994), as concepções que orientam as instituições de ensino, devem partir dos princípios onde a escola tem um papel fundamental de acomodar todas as crianças independentes de suas condições físicas, sociais, emocionais, linguísticas, éticas e sociais. Essas variações de diferenças acarretam vários desafios em relação ao sistema escolar. Neste contexto, cabe à escola buscar formas de educar tais crianças, incluindo aquelas que possuem desvantagens severas, pois para a Declaração de Salamanca, os desafios que geram em torno da educação inclusiva é desenvolver uma pedagogia centrada na criança, educando todas as crianças sem discriminação, promovendo uma educação de qualidade sem distinção. É preciso que os estabelecimentos, modifiquem atitudes discriminatórias, tornando-se acolhedoras para uma sociedade inclusiva. Nesta perspectiva muda-se o papel do professor tradicional e da equipe docente da escola, é necessário que a escola se modifique, proporcionando um ambiente acolhedor, com infraestrutura adequada para o acesso dos alunos tornando possível o processo de ensino aprendizagem dos alunos portadores de necessidades especiais. Pois, a Declaração veio para garantir que esses indivíduos tenham a mesma qualidade de ensino, sem distinção, resgatando assim o respeito e a dignidade que lhes foram negados durante anos.

Sabendo-se que é de fundamental importância, um currículo elaborado especialmente para esses alunos que contemple também as formas avaliativas desse ensino, sobre esse assunto Zardo (2012, p.291) destaca que:

A viabilidade da inclusão de estudantes com deficiência no sistema de ensino somente será possível se discutidos e transformados os processos de avaliação da aprendizagem. Esta transformação demanda mudanças de concepção sobre o próprio processo de avaliação da aprendizagem e da postura do professor em face de sua atuação profissional.

Nesse sentido, ressalta-se que a escola deve trabalhar com o currículo flexível, adaptando-o à necessidade do aluno para que o mesmo possa ter acesso ao conhecimento de maneira justa. É fundamental também que esse currículo seja elaborado pelo professor com apoio da equipe pedagógica, e conste na proposta pedagógica da escola, amparado pela referida Lei.

Como está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, toda pessoa com deficiência deverá ser matriculado no ensino regular, a inclusão vem crescendo a cada ano e os desafios se tornam cada vez maiores, pois além da inclusão desses alunos no espaço escolar, tem que haver a garantia de um ensino de qualidade. Para que a inclusão se concretize, é importante que, na escola os alunos aprendam a conviver com as diferenças e a respeitar, pois o portador de necessidades educativas especiais poderá se sentir ainda mais excluído com a indiferença dos colegas. A inclusão chegou, apostando na igualdade dos indivíduos, que todos possam ter garantia de acesso à educação, com seus direitos preservados e aptos a cumprirem seus deveres como cidadãos que são.

O trabalho de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino é e continuará sendo um desafio constante, pois existem inúmeros fatores a serem considerados para que esse trabalho seja considerado acabado. A inclusão não se refere apenas à criança com deficiência, nesse contexto há também as famílias que precisam ser inclusas, a escola tem um papel fundamental nessa ponte com a família, devendo criar um clima favorável nesse relacionamento família-escola; pois além da exclusão escolar, esse aluno passa pela exclusão social, onde seus pais também são excluídos por ter um filho com Necessidades Especiais.

2. ESTRATÉGIAS PARA ADAPTAÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR

Inserir uma criança com necessidades especiais no ensino regular é lei, e esse direito não pode ser negado, porém o que se discute agora é como se dará essa inclusão! O portador de necessidades especiais irá aprender como toda a turma? Como acontecerá essa aprendizagem?

Stainback (1999) destaca que, um objetivo básico em uma aula de linguagem, com a comunicação eficiente, pode ser apropriado para todos os alunos, mas o objetivo específico da aprendizagem que satisfaça o objetivo, pode não ser o mesmo para todos os alunos. Quando a exigência em relação ao que foi ensinado é considerada uma base comum para todos os alunos, sem considerar uma base individual, o resultado poderá vir como uma apatia em relação ao trabalho. Em consequência da falta de estímulos, o aluno com deficiência acaba se tornando um excluído dentro da sala de aula, se o mesmo não alcançar os objetivos esperados. Como a maioria dos alunos que ali estão, ele almeja o sucesso, quer aprender, independente de suas limitações. O olhar diferenciado para as necessidades específicas de cada aluno é a inclusão acontecendo.

Quanto ao currículo adaptado, este deve ser elaborado de acordo com os conteúdos da série que o aluno estuda, para que o aluno tenha um bom desempenho escolar atingindo os conteúdos básicos de ensino, visando a aprendizagem significativa para este aluno.

Segundo Hernandez (1998), a função da escola não é só transmitir conteúdos, mas também facilitar a construção da subjetividade para as crianças ou adolescentes para que estes possam criar estratégias, recursos, métodos, para possam compreender e interpretar as concepções e a visão do mundo. Nesse processo o professor atua como mediador, proporcionando condições físicas, emocionais e intelectuais, tornando o aluno participante de sua história.

Segundo Saviani (2000), é importante ressaltar que todos os envolvidos no processo educacional de inclusão só conseguirão entender as adaptações curriculares se os profissionais envolvidos (coordenador pedagógico e professor) acreditarem na inclusão como proposta de trabalho, isto é, se os profissionais envolvidos não entenderem o que é currículo adaptado, a inclusão não acontecerá de fato. Para que a inclusão aconteça, o professor deve ser afetivo, criando laços de

carinho proporcionando acolhimento para que assim o ensino-aprendizagem ocorra de forma prazerosa.

Segundo Silva (1998) o ensino deve contemplar a expressão, a experiência, a vivência do aluno utilizando sua cultura e seu interesse como base do conhecimento, ou seja, deve ser resgatada a cultura e seu interesse como base do conhecimento, deve ser resgatada a cultura permeia a realidade do aluno, avaliando-o como ser ativo.

Nesse contexto, é indispensável que se considera o aluno como propulsor do seu conhecimento, utilizando sua bagagem como ponto de partida para seu crescimento intelectual.

O currículo é flexível, mas para que aconteça, a escola deve exigir mudanças na elaboração de acordo com as necessidades de cada aluno, atingindo suas potencialidades e limitações, sua proposta deve ser diversificada por isso entende-se que as adaptações curriculares devem ser e construídas e fazer parte de um processo de modificação programado e pensado coletivamente, assim todos os alunos de inclusão terão garantias de qualidade de educação.

3. O TRABALHO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO FRENTE À INCLUSÃO

De acordo com o MEC (2006), no processo de inclusão escolar, deverá fazer alterações físicas e educativas na instituição, tais como: alterar o regimento escolar, PPP, Leis, Decretos, documentos, portarias e resoluções, avisos às especificidades do processo de inclusão. Assim, a escola estará expondo para a comunidade, todas as possibilidades e impossibilidades no que se refere à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais na instituição.

É importante que haja o envolvimento e comprometimento de toda equipe pedagógica, assumindo junto com a família, o compromisso de um trabalho inclusivo, apoiado no PPP e na troca de informações entre família e escola fazendo assim uma integração, visando o bem estar do educando e a qualidade de ensino. Neste processo é fundamental o papel do pedagogo no apoio e respaldo aos professores na elaboração do currículo adaptado e acompanhamento de todo o processo de aprendizagem desses educandos.

Segundo Carvalho (2012), em relação ao espaço físico da sala de aula, constata-se que as condições estruturais das classes como espaço de ensino-

aprendizagem ainda deixam muito a desejar. Pode se observar que há poucos livros nas estantes, praticamente não há materiais didáticos para essa modalidade de ensino, nem murais para que as atividades desses alunos fiquem expostas, e entre outros atributos que o autor considera relevante para acontecer o aprendizado do aluno com necessidades especiais no ensino regular, e onde deveria ser um espaço que propicie a aprendizagem, acaba excluindo esse aluno da turma e conseqüentemente do resto da escola. A autora relata que na maioria das vezes, o professor que trabalha com esses alunos, tem a formação específica, porém falta o apoio tanto físico como pedagógico e acaba por trabalhar com todos os alunos da mesma maneira, apenas dispensando um pouco mais de atenção ao aluno com necessidades especiais, quando na verdade, esse necessita, além do atendimento especializado, um currículo adaptado, uma vez que o mesmo não teve seus objetivos alcançados em classe comum.

O papel do coordenador pedagógico frente ao processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais é o de organizar e ajudar na elaboração dos conteúdos mínimos e adaptados, orientar o professor auxiliando na capacitação continuada do docente. Acompanhar e avaliar no desenvolvimento dos alunos, incluindo o aluno com necessidades especiais dentro dos recursos disponíveis na escola.

Uma ação sugerida que pode se tornar eficaz na rede regular de ensino é: capacitar os profissionais das redes Municipal e Estadual, pois o processo é lento na prática, pois depende de novas visões da educação, da aceitação, do preparo pedagógico e investimento dos órgãos educacionais, cumprindo a lei conforme campanhas publicitárias.

A visão em relação à inclusão na escola devem ser incluídos e aceitos os portadores de necessidades especiais, pois são pessoas com os mesmos direitos que todos, mas, no entanto o espaço deve estar preparado para sua inserção tanto pedagogicamente como na visão dos educadores. Cabe ao coordenador a elaboração do currículo adaptado para cada caso, conforme o nível e indicação do laudo do aluno, feito juntamente com o professor.

Compreendendo a avaliação como parte integrante do currículo escolar, a mesma deve ser diagnóstica promovendo e não classificando, deve ocorrer de forma processual e contínua, onde o desempenho do aluno é formado por meio de relatórios descritivos, respeitando a cultura, condições e circunstâncias do aluno, é

necessário que o professor conheça o aluno como sujeito participante ativo, criando vínculo com a família e a escola. Desta forma é possível identificar fatores que contribuem para o progresso dos educandos.

A avaliação como instrumento para excluir e classificar é improdutiva, pois não permite pensar nas relações e sim, focar-se em uma única possibilidade de causa que justifique a suposta não aprendizagem. Essa causa geralmente é buscada no aluno e para combatê-la busca-se mudar/transformar aqueles que receberam o rótulo de “incapazes” o que faz com que a avaliação se reduza a um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados, Foucault (2009, p. 177).

Ao avaliar um aluno de inclusão é preciso que o ambiente escolar seja favorável a este processo. Levando em consideração que devem ser levadas as competências, habilidades, o saber que o aluno já traz consigo, suas emoções, sonhos e desejos, motivando-os para uma avaliação formal.

Segundo Soares (2004), a função não é a de dar todas as respostas estimular e instigar o aluno a pensar levantando hipóteses. Desta forma o professor direciona a criança estimulando suas habilidades, contribuindo para que o aluno supere suas dificuldades.

Segundo Perrenoud (1993), há necessidade de reformulações na formação inicial do professor de ensino básico, ele aponta que a dose do idealismo é muito grande e que muito que se aprende não pode ser aplicado em na prática, muitos formadores desconhecem a realidade da sala de aula. Não existem receitas prontas, mesmo porque cada educando é único, assim como são únicas as diferentes situações de aprendizagem.

4. PESQUISA

O estudo foi realizado através de pesquisa na Secretaria de Educação com assessores pedagógicos da área de Educação Inclusiva, na qual relatam os desafios enfrentados pelo município de Colombo em relação à inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino, o qual se encontra nessa pesquisa.

A visão sobre a inclusão de estudantes portadores de necessidades especiais em sala regular de ensino deve ser ampliada, pois a lei garante que sejam incluídos na série que estejam fazendo, os professores devem ser assessorados neste processo.

O currículo adaptado é feito conforme o aluno necessite, de acordo com suas especificidades, respeitando o educando no seu limite de aprendizagem.

Os recursos e subsídios que a prefeitura oferece às escolas e professores para o processo de inclusão acontecer são capacitações para os mesmos possam trabalhar com seus alunos.

Os professores que assumem salas com alunos portadores de necessidades educativas especiais possuem pós-graduação específica para atuar na área de educação Inclusiva.

As escolas do município estão devidamente adaptadas para receber esses alunos arquitetônica e pedagogicamente.

Todas as escolas da rede possuem rampa de acesso e banheiros adaptados, oferecendo livre acesso aos alunos cadeirantes.

O número de aluno por turma é reduzido quando a classe possui um aluno portador de necessidades educativas especiais, somente quando a sala possui um professor tutor, que o número não é reduzido.

No município não há alunos com necessidades educativas especiais severas inseridos em classes regular de ensino, pois os mesmos encontram-se frequentando a APAE ou escolas especiais que atendem outro município.

As equipes pedagógicas das escolas da rede estão se preparando para receber alunos com necessidades educativas especiais e apoiar os professores nesse processo de inclusão, trabalhando com capacitações direcionadas ao ensino especial. Nesse sentido o coordenador pedagógico assume na escola o importante papel de facilitador da inclusão.

A real situação do processo inclusivo nas escolas do município é que ela está acontecendo, porém para que todos os professores trabalhem com a inclusão propriamente dita, levará um tempo. As crianças com necessidades educativas especiais estão sendo atendidas em suas especificidades conforme conteúdos adaptados sendo aplicados para que as mesmas encontrem promoção para o próximo ano.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos desta pesquisa, observa-se que, apesar dos avanços no processo de inclusão educacional, ainda há um longo caminho a percorrer para que a inclusão se faça de maneira ampla, em todas as instituições de ensino, conforme previsto em lei. Como discorre Carvalho (2012) sobre a inclusão na sala regular, para que se voltem com olhar mais humano e pedagógico a essa questão, pois em muitas vezes esses alunos são abandonados no fundo da sala regular por não conseguirem acompanhar o resto da turma, e isso acontece não por descaso do professor, mas por esse não ter o devido apoio tanto físico como pedagógico, para auxiliar esses no processo ensino-aprendizagem, infelizmente essa é a realidade que ainda nos permeia. Salas de aula lotadas, espaço físico insuficiente e sem as devidas adaptações para oferecer a esses alunos a igualdade de oportunidade que a lei oferta em relação à inclusão no decorrer dos anos, Stainback (1999) relata que a cada ano cresce o número de crianças com necessidades especiais, porém, apenas uma pequena parcela dessas crianças são encaminhadas ao atendimento mais inclusivo.

Há uma necessidade urgente de políticas públicas educacionais mais inclusivas, precisa de mais envolvimento da família com a escola e da comunidade para que o processo de inclusão se fortaleça na prática para que os alunos possam desenvolver todo seu potencial em ambiente que os respeite e não os privem do convívio com a sociedade como um todo. De acordo com este estudo, a atuação do coordenador pedagógico atualmente não se restringe em desenvolver trabalhos meramente burocráticos na escola, visto ele deve atuar como um agente de transformação do ambiente educacional, buscando realizar sua práxis pedagógica com o apoio e a colaboração de toda a comunidade escolar, fazendo acontecer à inclusão. A entrada e a permanência de alunos com necessidades educacionais especiais na escola é um direito conquistado. A escola que possui uma perspectiva da educação inclusiva, o coordenador pedagógico torna-se um profissional visionário modificando o ambiente escolar. É de fundamental importância que as políticas públicas que já existem e as que forem criadas sejam efetivadas, para que todos possam usufruir o direito de ser, de estar e de permanecer numa escola inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 de dez. 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov>> Acesso em 12/03/2016.

BRASIL, **Direito à educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais. Organização: Ricardo Lovatto Blattes. – 2. Ed. – Brasília: MEC, SEESP, 2006. 343 p.

CARVALHO, R. E. **Escola Inclusiva**; reorganização do trabalho pedagógico. 5ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

COLOMBO **DIRETRIZ MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**: Educação Infantil e Ensino Fundamental I – do Berçário ao 5º ano. Colombo, 2012.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS. Brasília: Corde, 1994.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. 29 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

HERNÁNDEZ, F. & VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

PERRENOUD, P. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação**: Perspectivas sociológicas. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1993.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 33.ª ed. revisada. Campinas: Autores Associados, 2000.

STAINBACK, W. e S. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

ZARDO, Sinara Pollom. **Direito à educação**: a inclusão de alunos com deficiência no ensino médio e a organização dos sistemas de ensino. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.
